

# ESTADO VERSUS SOCIEDADE CIVIL

José Arthur Giannotti

**É** muito importante a maneira pela qual passamos a nos comportar diante do que está acontecendo no Brasil hoje. Eu tenho a impressão de que estamos como diante de uma paisagem cinzenta, o que permite duas atitudes bem opostas. Ou nos comprazemos em ver como é que as formas estão sendo mais ou menos nebulosas, ou ficamos atentos para as novas formas que estão aparecendo. Estou muito otimista. Acredito ser possível que nasça um novo Brasil, a partir dos últimos movimentos sociais e políticos a que acabamos de assistir. E tudo isso depois de uma década de crise. Se agirmos corretamente, a despeito da dificuldade das tarefas, e mantivermos posições políticas e debates claros, poderemos dar um grande passo adiante. E para isso cabe abandonar o maniqueísmo. Não tem sentido nenhum discutir apenas se precisamos de um Estado grande ou um Estado mínimo. Não tem sentido nenhum, ao sermos obrigados a incorporar aspectos do liberalismo na nossa vida política, começarmos a gritar por todos os lados que

**O**s últimos movimentos sociais e políticos a que acabamos de assistir nos fazem crer ser possível nascer um novo Brasil. Para tanto, é preciso agir corretamente, a despeito da dificuldade das tarefas, e manter posições políticas e debates claros. É preciso abandonar o maniqueísmo estatal, dualidades espúrias e polarizações pouco produtivas. O Estado como sistema político não é reflexo da sociedade. A idéia de que a boa política se faz através da sociedade, funcionando como batalhão organizado é falaciosa, porque a sociedade moderna estabeleceu entre Estado e sociedade um vácuo, na ausência do qual pode-se incorrer em um Estado autoritário.

desse modo estamos adotando uma política neoliberal no plano econômico. Porque isso simplesmente é falso. Portanto, o meu primeiro alerta vai no sentido de abandonar dualidades espúrias e polarizações pouco produtivas. E como estamos em ano eleitoral, parece que este perigo aumenta. Se uma oposição purifica o sistema, à medida que os debates e as escolhas poderão ganhar maior

importância e mudar nossa realidade nacional, não é por isso que vale a pena fazer oposição pela oposição. Porque se, ao contrário, ficarmos enlameando o outro, voltaremos aos velhos tempos, onde o pior inimigo é o mais próximo, como acontecia com a UDN e o PSD. Se nós começarmos, hoje, a sujar o outro porque estamos próximo dele, para unicamente ganhar vantagens marginais, simplesmente estamos liquidando as possibilidades de governabilidade. E, pior ainda, deixando de reconhecer o que está havendo de novo neste país.

Mas, vamos ao tema. Todos estão sublinhando a necessidade de inserção internacional de nossa economia. Já se disse que ela está inserida. E é verdade. O problema é saber se bem ou mal inserida. Minha impressão é que está mal. Sabemos ainda mais que essa inserção vai nos levar a um novo padrão de desenvolvimento, mas com problemas estruturais extremamente graves, notadamente a questão do emprego. Basta lembrar que a comunidade europeia hoje tem um desemprego estrutural de 12% e a Espanha, em particular, de 20%. E isto não se resolve facilmente. Mas sabemos que até mesmo para os desertados do nosso país é melhor a uma política econômica conservadora do que política nenhuma, pois é alto o custo social da não-política. Sabemos além disso que, no caso do Brasil, a esse previsível desemprego estrutural soma-se um débito

social acumulado durante todos esses anos. Isto significa que precisamos considerar que o novo Estado só pode ser um Estado de bem-estar social. No momento em que o *welfare state* está em crise no mundo todo, no momento em que não conseguimos estabelecer nosso próprio Estado-providência, sabemos que este Estado, para funcionar como alavanca gerando riqueza nacional ou orientando as classes empresariais, precisa também ser um Estado que vai levar em consideração a enorme massa de população que está fora do mercado e sofre duma miséria crescente. Não podemos deixar de nos escandalizar quando brasileiros passam a comer carne humana nos lixões. Se não houver um propósito claro de que o *apartheid* social deva ser considerado um problema desde já, não haverá política digna e moderna, mas apenas repetição de nossos velhos cacoetes políticos.

Gostaria ainda de tocar num segundo ponto, e o farei em termos lógicos. O consenso não se faz no nível das opiniões, mas no nível do juízo. Esta é uma tese wittgensteiniana. O que isto significa? Tomo o caso clássico do contrato social. Pessoas reunidas chegariam a uma opinião a respeito de determinadas coisas e passariam à ação: se nossa segurança está ameaçada, vale a pena transferir nossa liberdade a um soberano que nos proteja. Mas só isso não cria um Estado. Mesmo na lógica, uma proposição somente

vem a ser verdadeira se levar em conta seus efeitos. Seria impossível convencionarmos que aquela barra de platina que está no Museu de Artes e Ofícios em Paris fosse o metro, enfim, que um objeto viesse a ser padrão de medida, se os comprimentos medidos variassem a cada mensuração. O resultado da ação faz parte do pressuposto da opinião verdadeira ou falsa. Por isso é que uma direita ou uma esquerda meramente programática sempre serão lesadas. Os programas ficam no vazio e são esquecidos rapidamente. Cabe tentar outra atitude em relação a nossos consensos e a nossas alianças.

Tomo um exemplo extremamente efetivo. Como se formou a Câmara Setorial Automobilística? Do ponto de vista tradicional da esquerda, capital está de um lado e trabalhador de outro. Mas, diriam, não desapareceu a oposição entre as classes? Não creio nisso, pois se fosse assim, se já houvesse um consenso sobre como conciliar os conflitos de classe, nosso escandaloso *apartheid* social teria sido sanado. Embora distorcida, acredito que a luta de classes continua. Mas como foi possível um consenso entre trabalhadores e capitalistas na indústria automobilista? Porque não se procurou um consenso inicial, mas linhas de convergência que pudessem afunilar as opiniões e chegar a uma ação conjugada.

Ao saber que a indústria automobilística transnacional iria retirar a

planta de São Paulo, o que fez Vicentinho? Foi para Detroit, negociou a permanência das indústrias automobilísticas no Brasil, lá no ABC. Voltou e começou uma conversação entre o sindicatos patronais, sindicatos dos trabalhadores e governo. Tinham um acordo prévio de opiniões? Não. Mas sabiam que a identidade deles, a individualidade, a existência deles como trabalhadores ou como empresários estava ameaçada. Este episódio simboliza nossa situação atual. Sabemos que vamos também disputar. Mas existem linhas de convergência que nos permitem sair desse impasse em que estamos mergulhados, e existe um horizonte convergindo no futuro.

E isso me leva ao terceiro ponto a ser discutido. Falamos muito de Estado como governo. Mas gostaria de lembrar que o Estado também comporta um lado político extremamente importante. É o lado do Estado que se reporta à sociedade. Mas o Estado como sistema político não é reflexo da sociedade. E vale a pena insistir bastante nisso. Porque se não dermos autonomia ao Estado como tal, ao sistema político como tal, não reconhecermos que existem leis próprias na política moderna, terminaremos emperrando o funcionamento dessa relação do Estado com a sociedade civil. E assumiremos posições equivocadas diante das crises que nos corroem. Por que sublinho este ponto? O sistema político numa sociedade tradicional de classe não é um sistema

em que cada partido constitua uma espécie de imagem de uma força social determinada. Por dois motivos. De um lado, porque a sociedade contemporânea, ao se transformar numa sociedade de massa, incorporou nos seus poros uma quantidade enorme de pessoas que estão flutuando em torno das organizações comunitárias políticas e terminam por negar a própria política. Isto não acontece apenas no Brasil. Nos Estados Unidos, a participação política não obrigatória faz com que uma eleição seja decidida por uma parcela muito reduzida da população. Mas a democracia deixa de funcionar, pelo menos do ponto de vista da eleição? Não. Essa idéia de que uma boa política requer toda a sociedade participando como batalhões organizados, a meu ver, não corresponde às exigências do mundo moderno e pode se tornar perigosa quando é implantada pela força, constituindo assim fonte de autoritarismo.

A sociedade contemporânea, de outro lado, cria um vácuo entre o Estado, como sistema político, e a própria sociedade civil. Isso é um fato: pode ser bom ou ruim; depende de como funciona o próprio sistema político. Se tentarmos corrigir esse fenômeno através de partidos extremamente ideológicos, absolutamente comprometidos com suas opiniões e que recusem a própria idéia de representação, por exemplo, aproximando-se do mandato imperativo, um deputado passaria

a agir como se fosse um representante de uma firma comercial, e assim se estiolaria o terreno da negociação política. A não-política é uma forma perversa de política.

A encenação da vida social brasileira feita pela política é que liga a vontade de cada um de nós, a soma das vontades isoladas, com aquilo que se chamava classicamente de vontade geral. A vontade nacional não é a soma dos interesses de cada um de nós, e não é apenas pelo voto da maioria que se obtém uma vontade nacional. Pelo contrário. Nas últimas eleições temos assistido a um fenômeno muito interessante. Muitas vezes um candidato ganha a eleição na última semana. Uma espécie de vendaval passa pela cidade, pelo estado, pela nação, e um determinado candidato passa a representar uma série de aspirações e de frustrações, e assim vence. De sorte que a maioria também depende de uma espécie de encantamento, de encenação do todo. Em contrapartida, isto torna o sistema político muito frágil, nem tanto porque os partidos são frágeis, mas antes de tudo por causa de sua volatilidade. Lembremos, porém, um dado muito interessante, obtido por uma pesquisa feita no Cebrap sobre o Congresso Nacional: a despeito da enorme variação dos partidos, a despeito de 168 deputados terem mudado de partido na última legislatura, quando se consulta o gráfico das votações ele se mostra muito coerente. Os parlamentares votam coerentemente com suas ideologias e com

seus interesses. A política, a despeito de ter se tornado essa bandalheira que conhecemos, é mais representativa do que a gente gostaria que ela fosse. E como vai continuar se mantendo esse tipo de representação encantada - por certo a ser melhorado por uma nova legislação eleitoral - é preciso que tenhamos o máximo cuidado em fazer dela uma atividade que realmente nos diga respeito. Não necessariamente uma forma militante. Acredito, por exemplo, que um intelectual agora deve ser menos militante e participar de forma muito mais analítica, cuidar de ver como essa nova sociedade está surgindo. Ver como candidatos estão mostrando aspectos positivos ou negativos em relação ao próprio fortalecimento do sistema político é melhor do que se engajar de corpo e alma, a fim de que este ou aquele seja eleito. Porque o importante é que o sistema político brasileiro renasça depois do último vendaval e ganhe maior função representativa. O Congresso está parado porque é ilegítimo. E ilegítimo porque não está representando os interesses nacionais. Está se mantendo alienado em relação à grandeza e à importância desses problemas. Se analisarmos tema por tema dentre aqueles que estão sendo discutidos, perceberemos neles um lado de farsa. A não ser, isso sim, a enorme luta que se trava pela ampliação da cidadania, entretanto fora do Congresso. Mas gostaria de insistir no outro lado, na necessidade de abandonarmos o precon-

ceito de que se precisa de consensos prévios para poder agir e passarmos a buscar antes de tudo linhas de convergência, a fim de que políticas efetivas no nível da economia, da educação, da ciência e tecnologia, da saúde e assim por diante, possam ser implementadas.

---

### Resumen

#### ESTADO VERSUS SOCIEDAD CIVIL

Los últimos movimientos sociales y políticos que acabamos de asistir nos hacen creer ser posible el nacimiento de un nuevo Brasil. Para tanto, es necesario actuar correctamente, a despecho de la dificultad de las tareas, y mantener posiciones políticas y debates claros. Es necesario abandonar el maniqueísmo del Estado, dualidades espurias y polarizaciones poco productivas. El Estado como sistema político no es reflejo de la sociedad. La idea de que la buena política se realiza a través de la sociedad, funcionando como batallón es una falacia, porque la sociedad moderna ha establecido entre Estado y sociedad un vacío, sin el que se puede llegar a un Estado autoritario.

---

**Abstract****THE STATE VERSUS  
CIVIL SOCIETY**

The recent political and social movements we have just watched make us believe that it's possible that a new Brazil could emerge. For that, it's necessary to act properly, despite the difficulty imposed by the tasks, and maintain clear political positions and debates. It's necessary to abandon the State extremism, futile duality and improdutive arguments. The State as a political system does not reflex society. The idea that good politics is done through society, working like an organized batallion, is false, because modern society has created a vacuum between the State and society, which can cause the appearance of an authoritarian State.

---

Texto baseado em palestra proferida durante o Encontro Nacional: Função Pública, Estado e Sociedade, realizado na ENAP, Brasília/DF, em abril de 1994.

**José Arthur Giannotti é pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP.**

---